



Graduação a distância em biblioteconomia: a parceria do CFB com a UAB

Helen Beatriz Frota Rozados
Célia Regina Simonetti Barbalho

Resumo: Relata a criação, desenvolvimento e estado atual do curso de Biblioteconomia na modalidade a distância, estruturado a partir de acordo feito entre o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior / Universidade Aberta do Brasil (Capes/UAB). Contextualiza a partir dos temas Conselho Federal de Biblioteconomia, Universidade aberta do Brasil, Ensino a Distância, Ensino de Biblioteconomia, incluindo a questão do ensino a distância em Biblioteconomia para, então, dissertar sobre o Acordo CFB/UAB no que diz respeito à criação do curso, desenvolvimento e estado atual. Conclui comentando que o ensino na modalidade a distância é uma realidade em crescimento e que, no caso da Biblioteconomia, uma possibilidade de ampliar a formação deste tipo de profissional como forma de ocupar mercados em crescimento e interiorizar a profissão.

Palavras-chave: Biblioteconomia a distância. UAB. CFB. Ensino de Biblioteconomia.

1 INTRODUÇÃO

O ensino a distância no Brasil é uma realidade, em crescimento especialmente no âmbito do ensino superior, seja em nível de graduação ou pós-graduação ou nos cursos tecnológicos. Este crescimento deve-se a diversos fatores, entre eles o incentivo do governo brasileiro, por meio de suas políticas públicas de educação. Neste contexto, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sistema integrado por universidades públicas oferecendo cursos de nível superior para a população com dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância, vem fortalecer e dar qualidade a processos de ensino nesta modalidade, no País.

O ensino de Biblioteconomia na modalidade presencial e de forma regular instaura-se no Brasil dentro do âmbito da Biblioteca Nacional, em 1911. Por volta da década de 90



do século passado, a modalidade de ensino a distancia passa a ser instaurada nos cursos de graduação em Biblioteconomia, na modalidade presencial, e, na década de 2010, é criado e aprovado pelo Ministério de Educação (MEC) o primeiro curso de graduação em Biblioteconomia na modalidade a distância.

Anteriormente a aprovação deste primeiro curso, em 2008, e a partir da constatação de que se mostrava necessária a formação de um contingente maior de bibliotecários no País, tendo em vista a implementação de diversos projetos nacionais que envolvem a contratação deste tipo de profissional, citando-se aqui especialmente a aprovação da Lei Federal 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras, motivou o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) a constituir uma parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no sentido de ofertar o curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade à distância.

Esse trabalho busca relatar aspectos relativos à criação, às etapas de seu desenvolvimento, bem como sinalizar com as perspectivas e expectativas relacionadas a sua implementação. Para tanto faz uma breve retomada do histórico da EaD no Brasil, discorre sobre as características das duas organizações envolvidas na criação do curso – Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) e Universidade Aberta do Brasil (UAB), cometa sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as etapas de implementação finalizadas ou em fase de implementação, sinalizando os passos futuros e as expectativas geradas a partir da efetiva implantação do curso.

2 O CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA E O SISTEMA CFB/CRB

Os conselhos profissionais foram criados no Brasil na época do Império (1822-1889), quando alguns membros – em especial os de maior prestígio social e econômico das profissões liberais, como médicos, engenheiros e advogados – buscaram estabelecer o



privilégio exclusivo do exercício de suas profissões, criando leis que delimitassem a competência do exercício profissional. Com o tempo, os conselhos profissionais fortaleceram-se, transformando-se em sua atual feição de serem órgãos profissionais destinados à fiscalização e à regulamentação das profissões.

Ao comentar sobre a natureza jurídica dessas instituições, Lima (2004) coloca que a regulamentação profissional é uma questão de cidadania e de defesa dos interesses da comunidade. Com relação à área de Biblioteconomia, justificam sua posição ao assumir que, na sua essência, as ações desses órgãos objetivam garantir a prestação de serviços de informação aos cidadãos brasileiros com qualidade, assegurando a presença de profissionais habilitados, sendo a única forma de certificar que as funções social e ética das profissões a qual estão vinculados sejam cumpridas de modo eficaz.

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) foi criado pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, regulamentado pelo Decreto Lei nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Como os demais conselhos profissionais constituídos, e por meio de seu Sistema CFB/CRB, tem a responsabilidade de regulamentar e fiscalizar a atuação profissional nos campos abrangidos pela Biblioteconomia, conforme definido pelo artigo 8º, da Lei 4.084/62, regulamentado pelo artigo nº 12º do Decreto Lei nº 56.725/65: “A fiscalização do exercício da Profissão do Bibliotecário será exercida pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos regionais de Biblioteconomia, criados por esta lei.”

Também como os demais conselhos profissionais, a formação dos bibliotecários a ele vinculado é uma de suas preocupações. Sendo assim, o CFB mantém, entre suas comissões permanentes, a Comissão de Ensino (CEN), composta por conselheiros docentes e que tem como atribuições (CONSELHO ..., 2015):

- a) acompanhar as ações dos órgãos públicos no que se refere ao estabelecimento e cumprimento das políticas públicas educacionais que interfiram na atividade e formação do bibliotecário;



- b) acompanhar as ações dos órgãos públicos, privados e associativos referentes à formação do bibliotecário;
- c) acompanhar a evolução dos currículos dos cursos de Biblioteconomia;
- d) outras funções que lhe forem conferidas pelo Plenário.

Por ocasião do contato inicial feito pela Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) com o CFB, através da UAB, no sentido de resolver, inicialmente, questões relacionadas à organização e ao funcionamento de bibliotecas nos polos vinculados aos cursos oferecidos por aquela instituição e, discutido no âmbito da Diretoria e do Plenário do CFB, a possibilidade acenada pela UAB de criação de um curso de Biblioteconomia na modalidade a distância para suprir não apenas esta deficiência mas também a que seria criada com a aplicação da Lei nº 12.244, foi indicado que a Comissão de Ensino, devido às suas atribuições já relacionadas, se encarregasse de avaliar a questão colocada e, se fosse o caso, propusesse ações para sua implementação, o que foi realizado, conforme relatado na sequência.

3 UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)

A UAB tem suas origens em 1986 quando da criação de uma comissão de especialistas do MEC e Conselho Federal de Educação, com vistas a viabilização de propostas em torno da Universidade Aberta, a semelhança das Universidades Abertas surgidas na década de 1970, como a *Open University*, da Inglaterra. Este processo foi alavancado com a instituição, em 21 de setembro de 2004, do Fórum das Estatais pela Educação, criado com o objetivo de desenvolver ações que potencializassem as políticas públicas na educação promovidas pelo Governo Federal, em especial o MEC e empresas estatais brasileiras (Banco do Brasil, Correios, Petrobrás, Caixa Econômica Federal, entre



outras) e que também se constituiu em um espaço para estimular discussões sobre os problemas da educação e, principalmente, articular ações conjuntas na solução dos mesmos. (PRETI, 2007; COSTA, 2007).

Em 2005, o Fórum lança o Projeto UAB, previsto para entrar em funcionamento em 2006, prevendo a criação de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, cuja meta inicial era “atender gratuitamente a todos os servidores públicos do Brasil”, com a oferta do ensino superior gratuito e de qualidade. (COSTA, 2007).

O Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, instituiu o Sistema Universidade Aberta do Brasil e em seu artigo 10 estabelece o objetivo fundamental da UAB: “[...] oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica”, também tendo a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Convém salientar que a UAB não se constitui como uma unidade de ensino, mas em um órgão articulador das instituições públicas, que serão as responsáveis pela oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Assim, o financiamento e avaliação ficam a cargo da UAB, enquanto a gestão acadêmica e operacional fica sob a responsabilidade das instituições públicas de ensino. A instituição deste sistema sinaliza, por parte do Governo Federal, uma mudança de perfil na expansão acadêmica no País e introduzindo uma outra lógica que visa a democratização do ensino superior e o trabalho cooperativo entre as instituições públicas. A UAB também incentiva a criação de centros de formação permanentes por meio de polos de apoio presencial em localidades de fácil acesso aos estudantes. (RINALDI, 2014)

4 ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL



Em 1958, a profissão de bibliotecário foi regulamentada por meio da Portaria nº 162, mas o ensino de Biblioteconomia no Brasil é oficializado apenas em 1911, a partir da aprovação do regulamento da Biblioteca Nacional (BN), pelo Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, o qual definia, nos artigos 34 a 41, a instituição de curso na área. No entanto, o curso só teve início em 1915.” O curso da BN objetivava a formação de “[...] bibliotecários para atuar na própria Biblioteca Nacional, a fim de situá-la em condições compatíveis com as européias.” (MUELLER, 1985). Conforme Castro (2000), de 1911 até os anos 40 foram criados quarenta e dois cursos. Posteriormente, alguns desapareceram e outros foram criados. Dados levantados em início de 2015, através de informações disponibilizadas nas web páginas da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), CFB e MEC, detectaram-se 35 cursos de bacharelado em Biblioteconomia, sendo a quase totalidade vinculado às instituições federais de ensino superior.

Em um primeiro momento, a formação dos cursos de Biblioteconomia no Brasil inicialmente sofre influências do modelo humanista francês, panorama este que muda no final da década de 30 do século passado, com a adoção do paradigma pragmático norte-americano, o que resultou em uma dupla influência – francesa e norte-americana – delineou a formação humanista combinada com a técnica que caracteriza hoje o perfil do profissional bibliotecário brasileiro.

Por outro lado, a padronização das disciplinas nos cursos só começou a ser observada a partir da determinação do primeiro Currículo Mínimo, em 1962, relacionada à obrigatoriedade dos diplomas de Biblioteconomia serem registrados na Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em conformidade com a Lei 4.084/62, que dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. O referido currículo contemplava dois grandes grupos: um de conteúdo cultural e humanístico, o outro com assuntos técnicos. A atualização deste Currículo Mínimo ocorreu vinte anos depois, em uma parceria com o Conselho Federal de Educação, a Associação Brasileira de Escolas de



Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) e professores de diversos cursos de Biblioteconomia. O 2º Currículo Mínimo de Biblioteconomia dividiu as matérias em três grupos: de fundamentação geral; instrumentais; de formação profissional. (MUELLER, 1988).

Na década de 1990, a Lei 9.394/1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurou autonomia às universidades, tanto com relação à criação, organização e extinção de cursos como para fixar seus currículos e outras atividades e ações acadêmicas dos seus cursos e programas, baseados nas diretrizes gerais pertinentes. (BRASIL, 1996). Em 2001 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de Biblioteconomia (Parecer CNE/CES 492/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação). O Parecer estabeleceu o perfil dos formandos da área, competências e habilidades necessárias ao egresso, o que direcionou o conteúdo curricular, que contemplou também questões sobre estágios, atividades complementares, avaliação institucional e do curso.

Sobre estes aspectos, Rodrigues (2002) pontua que uma vantagem das diretrizes é possibilitar aos cursos organizarem seus projetos pedagógicos voltados à realidade social de cada região, direcionando egresso no sentido combater os problemas de sua prática, produzir e disseminar conhecimentos, refletindo criticamente sobre a realidade que o cerca. Já Almeida (2012) entende que as diretrizes possibilitam que cada Instituição de Ensino Superior (IES) estabeleça os mecanismos de interação do aluno com o mercado de trabalho, por meio de estágios e atividades complementares, além de possibilitar maior flexibilidade e autonomia para a adaptação dos cursos às particularidades de cada região.

O Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003, eliminou a exigência de currículos mínimos nacionais. O Parecer CNE/108 trata da duração dos cursos de bacharelado. Este Parecer está baseado em recomendações da União Européia (UE) e busca atender ao acordo Mercosul (BRASIL, 2003), sinalizando uma tendência de atender mercados econômicos,



através da harmonização e uniformização dos sistemas educacionais, nos países membros dos acordos, com vistas à mobilidade profissional nos mercados de trabalho.

Aqui cabe salientar o papel de liderança da Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), continuada Associação Nacional de Educação em Ciência da Informação (ABECIN) e o trabalho do Grupo de Estudos Curriculares em Biblioteconomia do Mercosul, formado por integrantes de cursos superiores de Biblioteconomia da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, que no final do século passado, antes do governo focalizar na questão educacional voltada ao bloco econômico do MERCOSUL, já reunia-se, discutia, propunha diretrizes para que as escolas de Biblioteconomia deste espaço geográfico possibilitassem a mobilidade profissional de seus graduados.

A Comissão formada pelo CFB para pensar e propor a UAB o curso de Biblioteconomia na modalidade a distância, baseou-se na legislação e normas do MEC e nos documentos de estudos e recomendações da ABEBD e ABECIN.

5 ENSINO A DISTANCIA E BIBLIOTECONOMIA

Considerada por grande parte dos estudiosos como o maior fenômeno educativo da segunda metade do século XX, a Educação a Distância (EaD) consolida-se e se potencializa no século XXI, especialmente devido às tecnologias interativas que estimulam a capacidade de comunicação, a interatividade e o protagonismo, facilitando a colaboração e inovação de pessoas e grupos.

Peña Borrero (1983, p.9) entendem que “A educação a distância é uma metodologia de ensino que se caracteriza pela interposição de formas mediadoras entre docentes e estudantes, para transcender às limitações de tempo e de espaço próprios do ensino direto ou presencial e abrir, assim, o âmbito de influência da educação.”



Os fatos comprovam que a educação a distância pode contribuir para o aumento e a melhoria do acesso à educação de qualidade, por eliminar fronteiras geográficas e limites de tempo, por meio da tecnologia da comunicação e da informação, no acesso à informação e ao conhecimento, aproximando de áreas desprovidas de oportunidades educacionais, centros de ensino e aprendizagem, barateando custos, aumentando vagas, compatibilizando horários de estudo e trabalho.

Dentro desta ótica, concorda-se com Ives e Javenpaa (1996), quando ressaltam que a sobrevivência das universidades, enquanto instituições de ensino, demanda o desenvolvimento de maior competência no uso da tecnologia da informação e nas novas tecnologias de EaD. Para os autores, as instituições que vão permanecer serão aquelas que desenvolverem uma sólida imagem e reputação, consolidando uma marca, destacando-se tanto em volume de cursos como em abrangência de conhecimentos. Para isso devem repensar e aperfeiçoar continuamente sua qualidade de serviços, sistemas de avaliação e flexibilidade.

Vale ressaltar, conforme Souza Filho (2011), que um dos principais desafios colocados para a EaD é o de oferecer condições para que todas as pessoas tenham acesso aos instrumentos de produção de conhecimento. Neste sentido, a EaD mostra-se como forma de inserção social, de propagação do conhecimento individual e coletivo, visando não somente à competitividade do mercado profissional, mas a uma formação para a cidadania e ação multiplicadora das capacitações, voltadas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A UNESCO (2002) entende a educação a distância como educação sem fronteiras, definindo-a como “[...] um ambiente de ensino aberto, flexível, adaptado às diversas necessidades de aprendizagem e facilmente acessível a todos em distintas situações (s.d., p.1)”. A EaD insere-se nos quatro pilares da educação, do Século XXI, definidos pela UNESCO, que se constituem em: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.*



Com relação à Biblioteconomia, a literatura indica que a educação virtual nesta área precisa considerar uma formação adequada do bibliotecário, do qual serão esperadas atitudes de auto-aprendizagem, orientadas por determinados conhecimentos teóricos equilibrados com conhecimentos aplicados. Também indica que deve ser valorizada a busca pela aquisição de conhecimento significativo, sendo importante ensinar ao aluno não só a identificar os fenômenos biblioteconômicos, como também a valer-se dos conhecimentos gerados em outras disciplinas, no intuito de compreender e explicar os objetos próprios da Biblioteconomia.

Por outro lado, deve-se considerar que, fruto do panorama brasileiro atual— no qual faltam bibliotecas públicas e escolares – no qual faltam bibliotecas públicas e escolares há todo um mercado de trabalho em crescimento para o bibliotecário, passível de absorver este profissional,. Soma-se a isto o fato de que as escolas de Biblioteconomia hoje existentes não formam um número suficiente de profissionais para assumir estes postos, além de, em sua maioria, estarem concentradas nas capitais, atendendo, de forma precária, o público interiorano. Dentro deste panorama é que se instituiu o acordo CFB/UAB.

6 ACORDO CFB/UAB

A parceria do CFB com a Capes foi oficialmente instituída em 23 de dezembro de 2009, quando da publicação, no Diário Oficial da União, Seção 3, do extrato do referido Acordo de Cooperação Técnica, tendo como objeto estabelecer as bases para cooperação entre as partes signatárias, com vistas ao planejamento e à implantação do curso de bacharelado em Biblioteconomia, a ser ofertado nos polos de apoio presencial do Sistema UAB. O foco desta parceria foi ampliar as oportunidades para a atuação do bibliotecário através da graduação a distância, procedimento este que permite a formação de um número maior de profissionais qualificados para o serviço de informação. Por outro lado, o CFB entendeu oportuno conduzir, na qualidade de organismo fiscalizador, um processo de



negociação visando à formação de bibliotecários que assegurem a qualidade almejada pelas instituições da área e, sobretudo, pelo mercado.

O Acordo foi resultado de discussão conjunta que se iniciou em outubro de 2008, dentro do entendimento de que a educação a distância é uma realidade mundial. Na área de Biblioteconomia, essa modalidade já é adotada em diversos países da Ásia e Europa, além dos Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Venezuela, Costa Rica e Cuba. Somando-se a isto, o sistema de ensino brasileiro faculta a qualquer instituição a oferta de ensino de graduação nesta modalidade.

Quando da oficialização da parceria ficou definida uma equipe que trabalharia no delineamento do curso. Este grupo de trabalho foi composto por bibliotecários professores doutores, com produção relevante em cada um dos eixos identificados e com ação em diferentes regiões do País, para atuar junto à UAB. Suas atividades tiveram início antes da assinatura do Acordo, em junho de 2009.

O Grupo trabalhou em consonância com as diretrizes curriculares estabelecidas pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (Abecin), por meio de documentos construídos pelas escolas de Biblioteconomia do País, dentro da observância das Diretrizes Curriculares elaboradas para os Cursos de Graduação em Biblioteconomia, estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Seu PPP aponta o perfil desejado do profissional por ele formado, indicando competências, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas em sua grade curricular, distribuída em 8 (oito) Eixos conforme detalhado.

- a) Eixo 0: Módulo Básico - a matriz curricular do curso será constituída por sete eixos, sendo o Eixo 0 voltado a conteúdos introdutórios que, embora não circunscritos às especialidades da Biblioteconomia, têm um caráter introdutório que permitirá ao estudante a aquisição de conhecimentos e competências que subsidiarão a aprendizagem dos conteúdos específicos que serão abordados a partir dos demais eixos temáticos para contemplar a formação básica necessária



para atender ao perfil almejado, como se pode verificar em suas ementas e objetivos.

- b) Eixo 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.
- c) Eixo 2: Organização e Representação da Informação.
- d) Eixo 3: Recursos e Serviços de Informação.
- e) Eixo 4: Políticas e Gestão de Ambientes de Informação.
- f) Eixo 5: Tecnologias de Informação e Comunicação.
- g) Eixo 6: Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação.
- h) Eixo 7: Estágios e Atividades Complementares

Também estão previstas Atividades de Extensão, complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

A duração Curso de Biblioteconomia na modalidade a distância terá a duração de 4 (quatro) anos ou oito (8) semestres. Considerando-se que a universidade pública brasileira é detentora natural do ensino-aprendizagem de qualidade, visto que possui estrutura colegiada que preserva e busca continuamente a melhoria do ensino-aprendizagem, utilizando os recursos tecnológicos disponibilizados em sala de aula, laboratórios e setores de apoio pedagógico e as políticas da UAB de ofertar este tipo de curso através das IPES, o de Biblioteconomia a distância tem por diferencial, além de ocorrer no âmbito da universidade pública, ser oferecido apenas naquelas que já possuam o curso na modalidade presencial.

Também em atendimento às exigências legais, os cursos superiores a distância devem prever momentos de encontros presenciais, cuja frequência deve ser determinada pela natureza da área do curso oferecido e pela metodologia de ensino utilizada. Após o término do Curso de Biblioteconomia na modalidade a distância, e cumprindo todas as exigências legais, o aluno receberá o título de Bacharel em Biblioteconomia.

Para entender os passos do andamento do curso é necessário relatar seu desenvolvimento. O planejamento do curso iniciou oficialmente em 2009, quando a



Comissão Técnica foi formada e trabalhou no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, chegando à sua aprovação pela Capes/UAB. Os anos de 2010 e 2011 foram anos eleitorais que culminaram na troca de cargos tanto na Capes quanto na UAB, o que levou a uma estagnação no processo, só retomado em 2012, com o lançamento do primeiro Edital pela UAB (Edital nº 012/2012). Seu resultado foi divulgado em 6 de junho de 2012, quando ficou escolhida a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para o desenvolvimento de material didático e de apoio ao curso de bacharelado em Biblioteconomia. O projeto, assumido pela Fundação Universitária José Bonifácio, por meio do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG) e do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEAD/UFRJ), passou a denominar-se BibEad.

A referida Fundação lançou, no início de 2014, Edital de seleção de autores e leitores especializados, para elaboração e análise crítica, respectivamente, de materiais didáticos do Curso. Entre os requisitos necessários aos candidatos era preciso ter formação comprovada na área da disciplina que optou e experiência mínima de um ano em docência ou em pesquisa na área ou na disciplina optada, comprovada por declaração da agência de fomento ou do programa de pós-graduação recomendado pela Capes. Três comissões oficialmente instituídas ficam responsáveis pela seleção dos candidatos: Comissão Técnica de Biblioteconomia de Acompanhamento e Avaliação, instituída pela CAPES; Comissão de Avaliação da Produção de Material Didático para o Curso de Biblioteconomia em EaD; Comissão de Gerenciamento de Produção de Material Didático do Curso de Biblioteconomia em EaD, estas instituídas pela UFRJ.

Na sequência, foi lançado o Edital para a confecção do material didático por designers instrucionais, designers gráficos e revisores. Durante este tempo, a Comissão Técnica iniciou sua avaliação no material didático em produção, como forma de garantir sua aderência ao PPP e a qualidade do curso. Está previsto para o ano de 2016 a publicação



de edital de convocação de instituições de ensino superior interessadas em ofertar o curso e sua seleção.

Ressalta-se que no convênio estão previstas as responsabilidades do CFB, no sentido de planejar e produzir os cursos nesta modalidade, capitaneados pela UAB, enquanto cabe a Capes viabilizar encontros, reuniões e oficinas para elaboração do projeto pedagógico e produção dos conteúdos do curso. O CFB e a Capes/UAB elaboraram um plano de avaliação e acompanhamento das atividades. O Acordo permitiu a designação de uma comissão de gestão formada por profissionais ligados a ambas instituições, com a finalidade de acompanhar todos os processos, desde a proposição do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso até sua total implementação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de ensino superior na modalidade a distância é uma realidade no Brasil e no mundo e está em franco crescimento. Um levantamento feito recentemente através de Projeto de Pesquisa desenvolvido sob os auspícios da Secretaria de Educação a Distância da Universidade do Rio Grande do Sul (SEAD/UFRGS) mostra que há interesse na criação de graduação em Biblioteconomia neste tipo de modalidade. A Universidade de Caxias do Sul (UCS) e a Universo EAD já estão com cursos em andamento e a Universidade de Chapecó (Unochapecó) e iniciará seu curso no início de 2016.

O Brasil é um país continental e o mercado de trabalho do bibliotecário tende a crescer, não apenas pelo fato de vivermos cada vez mais sob a égide de uma economia da informação, mas também por políticas públicas que tendem a ampliar este mercado, como é o caso da Lei Federal 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras. Neste contexto, a interiorização da



Biblioteconomia é uma necessidade cada vez mais intensa, na qual cursos na modalidade a distância podem ser o diferencial para a ocupação destes espaços.

Com relação ao curso proposto pelo acordo CFB/UAB, entende-se que seu diferencial é o extremo cuidado com o desenvolvimento e a consolidação de cada etapa, iniciando pela definição do PPP e se estendendo na escolha das instituições envolvidas e dos profissionais vinculados aos conteúdos e a sua apresentação, nos treinamentos oferecidos, na definição das atividades a distância e presencial, preocupação esta comprovada pelo constante acompanhamento feito pelo CFB e Capes/UAB e pelas Comissões oficializadas, no sentido de vigiar para que a implementação do Projeto ocorra dentro da filosofia de excelência e qualidade desejadas pelos acordantes.

Undergraduate distance learning in librarianship: the partnership of CFB with UAB

Abstract: Reports the creation, development and current state of librarianship course at the distance mode, structured on the basis of agreement made between the Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) and the Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior / Universidade Aberta do Brasil (CAPES / UAB). Contextualizes from the themes Conselho Federal de Biblioteconomia, Universidade Aberta do Brasil, Distance Learning, Library of Education, including the issue of distance learning librarianship to then speak about the CFB/UAB Agreement, as regards the creation, development and current state of the course. Concludes commenting that the education in the distance mode is a reality in growth and that in the case of librarianship, a possibility of expanding the formation of this type of professional in order to occupy growth markets and internalize the profession.

Keywords: Distance learning librarianship. UAB. CFB. Library of Education.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BARBALHO, Célia R. S. et al. **Graduação em Biblioteconomia na Modalidade a Distância**; projeto pedagógico. Brasília: CFB, 2010.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago.1965.

BRASIL. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a Profissão de Bibliotecário e regula seu exercício. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 de julho de 1962.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira**: perspectiva histórica. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

O CFB: histórico. Disponível em: http://www.cfb.org.br/html/historico_03.asp.> Acesso em 24 out. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Regimento interno**. Brasília, CFB, 2015.

COSTA, Celso José. Modelos de Educação Superior a Distância e Implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/63>.>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LIMA, Raimundo. **Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia**: papéis e responsabilidades. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/html/saladeleitura.asp>> Acesso em: 15 mar. 2005.

ENSINO a distância: assinado acordo de cooperação técnica entre UAB e CFB. **Boletim eletrônico do Sistema CFB/CRB**, Brasília, DF, Ano 2, Especial, 2009. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/287/1/BoletimEspecial09_23-nov-2009.pdf.>. Acesso em: 25 mar.2015.



IVES, Blake, JARVENPAA, Sirkka L. Will the Internet revolutionize business education andresearch? Sloan Management Review, v. 38, n.1, p33-41, oct.1996.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, DF, v.17, n.1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, DF, v.14, n.1, 1985.

PEÑA BORRERO, Luis Bernardo. **Planeación de programas de universidad abierta y a distancia**: factores críticos para la toma de decisiones. Bogotá: Ministerio de Educación, 1983.

RINALDI, Carlos. **Como Funciona o Sistema UAB**. Cuiabá: UFMT, 2014. Disponível em:

<<http://www.uab.ufmt.br/uploads/ckfinder/userfiles/files/comofuncionaosistemauab.pdf>>.

Acesso em: 20 nov. 2015.

PRETI, Oreste. A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL uma política de Estado para o ensino superior “a distância”. Cuiabá: NEA/UAB/UFMT, 2007. Disponível em: <http://200.129.241.72/publicacao/download/UAB_politica_de_Estado.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como principio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 89-102.

SOUZA FILHO, José Walter Fagundes de. **Desafios e vantagens da Educação a distância para uma aprendizagem significativa na Universidade**. 2011. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.1/papers/upload/100.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

UNESCO. **Aprendizaje abierto y a distancia**. Consideraciones sobre tendencias, políticas y estrategias, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001284/128463s.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.



Informações das autoras:

Helen Beatriz Frota Rozados

Profa. Dra. na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS). Conselheira Federal do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). CRB 10/368.

E-mail: hrozados@gmail.com

Célia Regina Simonetti Barbalho

Profa. Dra. na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Diretora da Biblioteca Central da UFAM.

E-mail: simonetti@ufam.edu.br

